

Prefácio ao relatório anual da concorrência de 2021

de Margrethe Vestager, vice-presidente executiva e comissária da Concorrência

Infelizmente, a pandemia continuou a fazer-se sentir em 2021, tanto na nossa saúde como na nossa economia. A normalidade parecia estar de volta quando, em fevereiro de 2022, outro choque abalou o mundo, desta vez com a invasão da Ucrânia pela Rússia. A União Europeia mantém-se unida com o povo ucraniano e o seu governo, ao impor sanções contra a Rússia e ao prestar ajuda sempre que necessário. Para além das perdas humanas e da enorme destruição física, assistimos a uma contração drástica da economia da Ucrânia.

Tendo em conta que o conflito continua a afetar a economia da UE, a Comissão agiu prontamente para atenuar o seu impacto através da adoção de um quadro temporário de crise para os auxílios estatais, a fim de permitir o apoio estatal necessário às empresas e de, simultaneamente, preservar a integridade do mercado único. A adoção deste quadro temporário, apenas um mês após o início da guerra, é um exemplo de como a política de concorrência pode ser utilizada para uma reação rápida às necessidades na sequência de choques económicos externos.

Em 2021, a Comissão avançou substancialmente na sua revisão dos principais regulamentos, orientações e comunicações, a fim de garantir que continuam a ser adequados aos seus fins. Nomeadamente, na sequência da consulta pública realizada em 2021 sobre o projeto de revisão do regulamento de isenção por categoria aplicável aos acordos verticais e das orientações relativas às restrições verticais, a Comissão adotou o novo regulamento e as novas orientações em maio de 2022. O regulamento de isenção por categoria isenta os acordos entre empresas que operam em diferentes níveis da cadeia de produção ou de distribuição, sob reserva de determinadas condições. As regras oferecem uma zona de segurança em que determinados acordos são objeto de uma isenção por categoria. As novas regras ajustam a zona de segurança de modo a que esta não seja demasiado generosa nem demasiado restritiva.

No que diz respeito ao controlo dos auxílios estatais, 2021 foi um ano igualmente produtivo. A Comissão adotou um regulamento que alarga o âmbito de aplicação do Regulamento geral de isenção por categoria e publicou orientações relativas ao clima, à proteção do ambiente e à energia. A Comissão adotou igualmente uma comunicação revista relativa aos projetos importantes de interesse europeu comum (PIIEC), bem como uma comunicação revista com orientações relativas aos auxílios estatais que promovem investimentos em financiamento de risco.

Juntamente com o Conselho e o Parlamento Europeu, foram também envidados grandes esforços no sentido da adoção do Regulamento Mercados Digitais. No que concerne à restante atividade legislativa, a Comissão apresentou a sua proposta legislativa em dezembro de 2020, tendo já sido alcançado um acordo político entre os legisladores em março de 2022. Trata-se de um ritmo de negociação e entendimento bastante acelerado, se tivermos em consideração a importância de tal ato legislativo.

A apresentação de uma proposta de regulamento relativo às subvenções estrangeiras que distorcem o mercado interno foi mais um dos sucessos deste ano. O regulamento conferiria à Comissão novos poderes para investigar as subvenções estrangeiras às empresas que operam na UE e para tomar medidas de reparação sempre que necessário. Este será um instrumento importante para alcançar a «competitividade através da equidade».

Foi um ano igualmente intenso no que à execução diz respeito. A Comissão realizou, em pleno respeito dos protocolos sanitários em vigor, uma série de inspeções a cartéis e sobre práticas anticoncorrenciais.

No domínio anti-*trust*, a Comissão aplicou coimas no valor de 875,2 milhões de EUR a empresas membros de um cartel no mercado da tecnologia de limpeza de óxidos de azoto para automóveis a gasóleo. A Comissão emitiu uma comunicação de objeções contra a Apple, concluindo provisoriamente que a empresa abusou da sua posição dominante na distribuição de aplicações de difusão de música em fluxo contínuo através da sua *App Store*. A Comissão prosseguiu ainda as suas investigações contra a Amazon, a Facebook e a Google, bem como sobre produtos farmacêuticos e bens de consumo.

As atividades de fusão prosseguiram a um ritmo constante. A Comissão adotou 396 decisões (em comparação com as 352 em 2020) e interveio em 14 processos. Várias operações propostas foram autorizadas mediante compromissos após investigações aprofundadas, como, por exemplo, a aquisição da Eaton Hydraulics pela Danfoss e a aquisição da GrandVision pela EssilorLuxottica no mercado dos artigos de oculista (óculos de sol, lentes e armações).

Ao longo de 2021, a Comissão aprovou uma série de medidas de auxílio estatal em apoio da transição ecológica da UE. Estas incluem, por exemplo, 18 medidas de apoio às energias renováveis e sete medidas de apoio à mobilidade limpa. A Comissão adotou igualmente uma decisão que autoriza o segundo projeto importante de interesse europeu comum (PIIEC) relativo às baterias. O quadro temporário relativo a medidas de auxílio estatal adotado em 2020 manteve-se em vigor em 2021 e foi adaptado duas vezes devido às flutuações económicas. Em 2021, a Comissão adotou 514 decisões ao abrigo do quadro temporário. O Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) tornou-se operacional em fevereiro de 2021. Financia reformas e investimentos nos Estados-Membros desde o início da COVID-19, em fevereiro de 2020, até 31 de dezembro de 2026. O MRR apoia os investimentos públicos e as reformas nos Estados-Membros, ajudando-os a fazer face ao impacto económico e social da pandemia de COVID-19, bem como a promover a recuperação económica e as transições ecológica e digital. Os planos de recuperação e resiliência (PRR) dos Estados-Membros foram apresentados à Comissão, tendo em vista o acesso a subvenções e empréstimos. Em 2021, o controlo dos auxílios estatais facilitou a execução dos PRR, assegurando a sua compatibilidade com as regras em matéria de auxílios estatais. Para facilitar este processo, a DG Concorrência publicou orientações práticas destinadas aos Estados-Membros para as suas notificações de auxílios estatais ao abrigo do MRR, continuando a prestar assistência aos Estados-Membros durante o processo.

A competitividade dos mercados e o bom funcionamento do mercado único são importantes em todas as circunstâncias, mas sobretudo em tempos de crise e de grandes mudanças. Se quisermos que a recuperação seja sustentável e resiliente, se quisermos concretizar a nossa ambiciosa agenda para um futuro ecológico e digital, precisamos dos sinais de preços, da energia competitiva e das novas ideias que a competitividade e o bom funcionamento dos mercados podem proporcionar. A política de concorrência prosseguida pela UE em 2021 contribuiu significativamente para a consecução destes objetivos, pelo que, ao rever e atualizar o nosso conjunto de regras, estamos a garantir a continuidade desta dinâmica nos próximos anos. Se há algo para que devemos estar preparados é a ocorrência de novas situações inesperadas que colocarão a tônica na agilidade, na adaptação e nas reformas. Só assim poderemos dar resposta a estes desafios futuros.